

ENTRE UMA QUILOMBOLA E UMA AFRICANA: ENTRELAÇOS PESSOAIS E ACADÊMICOS DE MULHERES NEGRAS

Anne Victoire Epakbi Belinga¹

Betânia Rita Anjos Fernandes²

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão sobre as experiências de mulheres negras em contextos acadêmicos e culturais distintos – Comunidade quilombola baiana no Brasil e Camarões (África Central) –, analisando como as trajetórias de resistência, cultura e educação se entrelaçam e fortalecem a construção de identidades políticas e acadêmicas. A partir de relatos de vida e trajetórias acadêmicas das autoras, ambas mulheres negras em espaços de luta e pertencimento, discutiremos como a educação pública e as raízes culturais moldam a resiliência e as perspectivas das pesquisas dessas mulheres, que são voltadas para ancestralidade: identidade, cultura quilombola, oralidade e sincretismo religioso. Este texto dialoga com a perspectiva da *escrivência* de Evaristo (2020), situando experiências pessoais como parte de um processo político e coletivo de resistência ao racismo e ao sexismo em contextos históricos e sociais diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Escrivências. Resistência negra. Trajetória de mulheres.

BETWEEN A QUILOMBOLA AND AN AFRICAN WOMAN: PERSONAL AND ACADEMIC INTERTWININGS OF BLACK WOMEN

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagens pela Universidade Estadual da Bahia. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: aepakbibelinga@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2721-3347>.

² Doutoranda em Estudos de Linguagens pela Universidade Estadual da Bahia. Professora pela Secretaria de Educação da Bahia. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: bel.ritaka@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7978-7755>.

ABSTRACT: This article proposes a reflection on the experiences of Black women in distinct academic and cultural contexts — Bahian quilombola community in Brazil and Cameroon (Central Africa) — analyzing how the trajectories of resistance, culture, and education intertwine and strengthen the construction of political and academic identities. Based on the life narratives and academic journeys of the authors, both Black women engaged in spaces of struggle and belonging, we discuss how public education and cultural roots shape resilience and inform the research perspectives of these women, centered on ancestry: identity, quilombola culture, orality, and religious syncretism. This text engages with the concept of *escrevivência*, Evaristo (2020), situating personal experiences as part of a broader political and collective process of resistance against racism and sexism in diverse historical and social contexts.

KEYWORDS: *Escrevivências*. Resistance of black women. Trajectory of blacks women.

ENTRE UNA QUILOMBOLA Y UNA AFRICANA: ENTRELACES PERSONALES Y ACADÉMICOS DE MUJERES NEGRAS

RESUMEN: Este artículo propone una reflexión sobre las experiencias de mujeres negras en diferentes contextos académicos y culturales – comunidad quilombola bahiana en Brasil y Camerún (África Central) –, analizando cómo trayectorias de resistencia, cultura y educación se entrelazan y fortalecen la construcción de políticas e identidades académicas. A partir de historias de vida y trayectorias académicas de las autoras, ambas mujeres negras en espacios de lucha y pertenencia, discutiremos cómo la educación pública y las raíces culturales moldean la resiliencia y las perspectivas de la investigación de estas mujeres, orientadas hacia la ancestralidad: identidad, cultura quilombola, oralidad y sincretismo religioso. Este texto dialoga con la perspectiva de la *escrevivência*, Evaristo (2020), situando las experiencias personales como parte de un proceso político y colectivo de resistencia al racismo y al sexismo en diferentes contextos históricos y sociales.

PALABRAS CLAVE: *Escrevivências*; Resistencia negra; Trayectoria de las mujeres.

INTRODUÇÃO

Como afirma Grada Kilomba (2019, p. 28), “escrever emerge como ato político”, nesse sentido, a produção de narrativas negras resgata vozes historicamente silenciadas e reposiciona vivências no centro do debate

acadêmico, social e cultural. Este artigo fundamenta-se na premissa de que a educação, a cultura e a *escrevivência* são pilares essenciais para compreender e valorizar as experiências de mulheres negras em contextos marcados por opressões estruturais, como o racismo, o sexismo e o colonialismo. A partir de um olhar transatlântico que conecta Brasil e Camarões (África Central), reflete-se sobre como trajetórias pessoais e acadêmicas se entrelaçam, evidenciando a educação como ferramenta de transformação social e fortalecimento de identidades.

Neste contexto, o artigo ancora-se na noção de *escrevivência*, conceito desenvolvido por Evaristo, que articula escrita, memória e vivência. Para Evaristo, a *escrevivência* “não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (EVARISTO apud HERMINIO, 2020). Assim, ao narrar a própria história, a mulher negra reivindica seu lugar na produção de conhecimento e no imaginário coletivo.

O encontro entre as autoras deste artigo, ocorrido no contexto do doutorado em solo brasileiro – baiano Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade Estadual da Bahia (PPGEL/ UNEB), simboliza a confluência de histórias separadas por oceanos, mas conectadas por experiências e desafios compartilhados. Representando dois países e continentes distintos, Brasil (América do Sul) e Camarões (África), exploramos como trajetórias de mulheres negras, marcadas por ancestralidade, cultura e resistência, confluem na luta por justiça social, educação crítica e emancipação coletiva.

Como representante do Brasil neste artigo, trago as memórias de uma infância vivida na comunidade quilombola Lagoa do Zeca, no centro-norte baiano. Cercada pela força das raízes negras e pelo saber ancestral das mulheres da minha família, cresci em um ambiente onde a palavra e o sagrado eram transmitidos por práticas de cuidado e muitas histórias. Minha avó, uma mulher sábia, benzedeira e parteira, apesar de ser analfabeta, foi e ainda é um pilar na preservação da cultura e na transmissão de valores que moldaram minha visão de mundo. Aprendi, desde cedo, que educação vai além do espaço formal da escola; ela está na oralidade, na partilha e no cotidiano das comunidades. Mais tarde, ao acessar a educação formal,

enfrentei o desafio de transitar em espaços que muitas vezes excluem ou invisibilizam a trajetória de mulheres como eu: negra, de família analfabeta, da zona rural, de comunidade quilombola. Ainda assim, a universidade tornou-se um lugar de luta e produção de conhecimento, permitindo-me conectar as experiências de minha comunidade com questões mais amplas. Pesquisas que partiram das histórias dos mais velhos resultaram em uma obra que devolvi ao território que me formou, reafirmando o poder da memória coletiva como instrumento de pertencimento e resistência.

Já como representante de Camarões neste artigo, afirmo que a oralidade africana é uma fonte inesgotável que busca sua essência na tradição ancestral. Ela é o “uso estético da linguagem bem articulada e de todo o conjunto de atividades e conhecimentos que a ela se relacionam” (BELINGA, 1978, p. 78). A mulher, no contexto camaronês, é a materialização corporal de uma oralidade que se transmite de uma linhagem a outra, mesmo sendo comum falar da linhagem patriarcal. Eu faço parte da linhagem dessas mulheres que, por meio da palavra e da prática constante do discurso do corpo, conseguiram me ensinar o valor da educação e o apego à cultura. Eu carrego os valores culturais dos Touki do departamento do Mbam-et-Kim³ e dos Biabèrèbè do departamento do Mbam-et-Inoubou⁴ pertencentes, respectivamente na região central de Camarões, de onde sou originária. Este corpo é uma biblioteca que traz os estigmas de uma sociedade empenhada em superar os preconceitos de gênero. Sou oriunda de uma linhagem de mulheres que se afirmam ao recusar a estética de beleza que impõe que as mulheres africanas exibam traços de civilização europeia. Estando entre as primeiras mulheres da minha família a alcançar o doutorado, cresci em uma família composta por mulheres que nem sempre tiveram acesso ao ensino superior, mas que possuem a palavra. Na nossa tradição, a escola é uma extensão de um pensamento ancestral já adquirido a partir de nossas vivências. É, portanto, por meio dela que carrego a memória aqui no Brasil.

³ Touki é a língua falada pela etnia Osananga do departamento do Mbam et Kim na região do centro do Camarões

⁴ Biabèrèbè é uma etnia do povo Bepkak na região central do país e a língua falada é o Repkak.

Considerando as vivências pessoais e acadêmicas das referidas autoras, este artigo é, portanto, um espaço de reflexão sobre como a educação transforma trajetórias individuais e também fortalece as comunidades que representamos. Ao colocar em diálogo vivências negras de mulheres do Brasil e Camarões, encontramos similaridades profundas em nossas histórias: a presença de famílias que, mesmo diante de adversidades, preservaram saberes ancestrais; as culturas que nos moldaram; e a educação como uma janela para reinterpretar o mundo e nossas posições nele.

Essa troca de vivências transatlânticas consolidada nesse estudo também evidencia como nossas identidades são construídas na intersecção de trajetórias, deslocamentos, memórias e resistências o que dialoga com os estudos de Stuart Hall (2016, p. 13) ao afirmar que “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Dessa forma, compreender nossas histórias a partir desse diálogo transnacional é reconhecer que as identidades são continuamente produzidas e transformadas nos embates com as estruturas de poder, cultura e história.

No referido estudo, fomos unidas pela *escrevivência*, revisitamos nossas raízes e reafirmamos nosso compromisso em construir pontes que conectem nossas lutas e fortaleçam nossas vozes no cenário acadêmico, social e cultural. Afinal, é pela memória, pela educação e por esses processos de construção identitária em permanente movimento que resistimos e recriamos o futuro.

Em se tratando de metodologia, este artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em relatos de vida e trajetórias acadêmicas das autoras, articulando essas narrativas com os contextos socioculturais dos países de origem. A escolha pelo método biográfico justifica-se pela intenção de mapear e refletir sobre as experiências e vivências pessoais que atravessam a construção de identidades negras no Brasil e em Camarões. Conforme explica Christine Delory-Momberger:

O objeto da pesquisa biográfica é “explorar os processos de gênese e de devir dos indivíduos no seio do espaço social, de mostrar como eles dão forma a suas experiências, como fazem significar as situações e os acontecimentos de sua existência. E, conjuntamente, como os indivíduos – pelas linguagens culturais e sociais que atualizam nas operações de biografização – contribuem para dar existência, para reproduzir e produzir a realidade social. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 524).

A partir das histórias contadas pelas autoras, buscamos compreender como as vivências, a educação e a cultura influenciam a formação de suas identidades e estratégias de resistência. A pesquisa se baseia também em um método de análise transnacional, no qual se busca comparar as experiências de mulheres negras no Brasil e em Camarões, estabelecendo um diálogo entre essas realidades. Esse método visa transcender as fronteiras nacionais e continentais e promover uma leitura crítica e interligada de processos históricos e sociais compartilhados. A análise transnacional adotada nesta pesquisa foi inspirada na abordagem de Peggy Levitt (2023). Em entrevista a Cristina Gutiérrez Zúñiga, Levitt afirma que:

[há] uma ligação entre a análise do campo transnacional com atenção às suas desigualdades, e o fluxo de produção e circulação do conhecimento entre Norte e Sul; propõe uma “descolonização da descolonização” através de estudos empíricos transnacionais e comparativos dos processos de inserção de diferentes países na esfera global da arte e da cultura. (LEVITT, 2023, p. 223-224)

A estudiosa também afirma que a abordagem transnacional busca “rastrear trajetórias e conexões” entre diferentes contextos socioculturais, o que nos permite uma leitura mais crítica e interligada da realidade das mulheres negras em suas múltiplas localizações. Tal abordagem também nos convida a questionar “o que é visível e invisível” nos discursos locais e globais, destacando as vozes e experiências que tradicionalmente ficam à

margem. Considerando os embasamentos listados, a análise deste estudo foi conduzida com base nas *escrevivências* das autoras, práticas narrativas que articulam memória, vivência e ancestralidade, bem como em outros documentos produzidos ao longo de suas trajetórias acadêmicas e pessoais.

Em se tratando do referencial teórico, este artigo baseia-se em autores que discutem a resistência, a cultura negra, quilombola, a identidade das mulheres negras e a educação como fator preponderante para ascensão social, com foco na concepção de *escrevivência* de Evaristo (2020). Para tanto, revisitamos alguns conceitos e teóricos, como Jesus (2014), Ribeiro (2019), Spivak (2010), Kilomba (2019), Adichie (2019), Hall (2006), Mbembe (2005) Cixous (2017), entre outros.

No que diz respeito à organização, o artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, discutimos as trajetórias de resistência das autoras e suas experiências nas margens do conhecimento acadêmico em suas respectivas culturas e territórios. Na sequência, abordamos como a educação, no Brasil e em Camarões, se configura como um caminho de transformação, tanto pessoal quanto coletiva, para as mulheres negras. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais refletimos sobre a importância da educação como um instrumento de emancipação e fortalecimento de identidades negras transnacionais.

TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA: DAS MARGENS AO ESPAÇO ACADÊMICO

ESCREVIVÊNCIA – BRASIL:

Nasci na comunidade quilombola Lagoa do Zeca, localizada no centro-norte baiano, município de Canarana. Minha história começa em um território onde a força da oralidade e as tradições moldaram minhas primeiras vivências. Cresci ouvindo os mais velhos contarem histórias em volta da fogueira, dando benção diariamente e respeitando os saberes que eles carregavam. Formalmente, fui à escola pela primeira vez aos seis anos, mas antes disso, meu pai, com dedicação e paciência, já havia me ensinado a ler. Até o antigo 9º ano, frequentei a escola da comunidade. Foi

no ensino médio, ao estudar na sede do município, que senti pela primeira vez os olhares estigmatizados direcionados a mim. Minha condição de mulher negra, vinda da zona rural e de uma comunidade quilombola, era alvo constante de preconceitos, exclusivamente de colegas oriundos da sede do município. Apesar disso, concluí essa etapa em 2009, sendo a primeira na minha família materna a alcançar o ensino médio, sentia que estava quebrando um ciclo, na verdade, estava mesmo.

Em 2011, iniciei minha formação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no campus de Seabra. A universidade, um ambiente inicialmente estranho, tornou-se um lugar de descobertas e transformações. Foi nas leituras, através do contato com professores e colegas, que comecei a compreender minha identidade e a sentir orgulho das minhas origens quilombolas. O processo de “tornar-me negra”, como abordado por Souza (1983), foi intensificado por essas experiências acadêmicas, levando-me a valorizar minha ancestralidade e meu povo. Nesse sentido, o ato de transformar minha história e a história da minha comunidade em pesquisa acadêmica não foi meramente uma escolha metodológica, e sim uma necessidade existencial e política. Cixous (2017) afirma

É preciso que a mulher se escreva, que a mulher escreva sobre mulher e traga as mulheres à escrita, de onde elas foram tão violentamente distanciadas quanto foram de seus corpos, pelas mesmas razões, pela mesma lei, com a mesma letal finalidade. A mulher precisa se colocar no texto, como no mundo e na história, através de seu próprio movimento. (CIXOUS, 2017, p. 129)

Esse afastamento da escrita e do próprio corpo, historicamente imposto às mulheres, especialmente às mulheres negras, foi e ainda é um instrumento de silenciamento. Por essa razão, nossas *escrevivências* atuam como movimento de retomada de nossos corpos, de nossas memórias e de nossos saberes, na contramão das epistemologias coloniais e patriarcais.

Dando continuidade à minha trajetória, o ensino superior não foi fácil, por ter vindo de uma família que não tinha condições financeiras de

me sustentar em outra cidade, dependi de iniciativas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e posteriormente do trabalho como professora contratada para garantir minha permanência na universidade. Esse período reforçou em mim a urgência de políticas de assistência estudantil. Viver a insegurança financeira enquanto conciliava os estudos foi um desafio que marcou profundamente minha caminhada, passei muita dificuldade, que por algumas vezes me fizeram pensar em desistir do ensino superior. Mas depois de muita luta e ajudas múltiplas, concluí a graduação com uma pesquisa voltada para a minha comunidade. Na monografia, mergulhei nas histórias de vida dos mais velhos de Lagoa do Zeca, analisando-as sob uma perspectiva linguística. Foi ali que percebi o potencial transformador de ouvir, registrar e valorizar as narrativas orais do meu povo. Essa experiência consolidou o desejo de conectar minha formação acadêmica à valorização da cultura quilombola.

Em 2016, ao ingressar oficialmente no mercado de trabalho, enfrentei desafios sociais marcados pelo racismo em uma escola particular onde lectionei na cidade sede do município onde nasci. Nesse espaço, senti o peso da discriminação de alunos, famílias e gestão omissa que não me viam como uma profissional competente por minha cor e origem, mesmo eu tendo estudado na universidade mais conceituada da região. Esse ambiente hostil gerou momentos de profunda reflexão sobre o valor da educação e da dignidade no exercício da docência. A busca por melhores condições e por espaços que valorizassem a minha formação, ao invés de me julgarem pela minha cor de pele e origem, levou-me a atuar em Goiânia e posteriormente em Brasília, até que, em 2019, conquistei o cargo de professora efetiva na Secretaria de Educação da Bahia (SEC/BA), o que me fez voltar para Bahia, mas não para “casa”. Depois da experiência vivenciada na dita escola particular, eu havia decidido que não voltaria a atuar naquele município, nem nas proximidades. Passei no concurso de professora pela SEC/BA em primeiro lugar para o Núcleo territorial de Educação 11 e optei por atuar em Barreiras, oeste do estado.

Apesar de não ter me permitido “voltar” a atuar como professora em minha região, em 2021, retornei ao universo acadêmico com o mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana

(UEFS), onde pesquisei a identidade e a cultura da minha comunidade por meio das histórias de vida de seus anciãos. Essa pesquisa resultou no livro *Do quilombo que eu vim: histórias de vida e a constituição da identidade em Lagoa do Zeca* (FERNANDES, 2023). A obra documenta a história da comunidade, além de servir como ferramenta de valorização cultural e empoderamento coletivo. O livro inspirou a produção de um documentário homônimo, financiado pela Lei Paulo Gustavo, promovendo um diálogo sobre pertencimento e identidade. Em Camarões, a oralidade ancestral foi o alicerce para que a outra autora questionasse imposições externas e fortalecesse sua voz no espaço acadêmico; e no Brasil, o projeto de mestrado reafirmou meu compromisso com o uso da educação e da literatura como instrumentos para dar visibilidade à cultura quilombola e combater o apagamento histórico e estigma social.

Atualmente, no doutorado, onde sou bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sigo pesquisando a cultura da comunidade Lagoa do Zeca, com foco em fortalecer e dar visibilidade às práticas e saberes locais, especialmente junto à juventude. Faço parte do projeto PIBPG 035/2023 - *Literatura Popular Africana, Afro-brasileira e Indígena: Aspectos Sócio Históricos e Culturais*, financiado pelo CNPq e desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB. Minha trajetória, que percorre o caminho da educação pública, das raízes quilombolas e da pesquisa acadêmica, reflete minha história, marcada pela resistência e pela força de um povo cuja identidade persiste e se reinventa pela oralidade, pela literatura e pela educação.

ESCREVIVÊNCIA – CAMARÕES:

Birago Diop (1998), célebre oralista senegalês, presta homenagem à oralidade africana ao publicar *Les contes d'Amadou Koumba*, um conjunto de contos do griot senegalês Amadou, filho de Koumba. Ele também é o autor do poema *Souffles*, que inclui a famosa citação “os mortos não estão mortos”:

Ouçã no Vento
O Arbusto sem soluços:
É o Sopro dos ancestrais.
Os que morreram nunca se foram:
Estão na Sombra que se ilumina
E na sombra que se adensa. (tradução nossa)⁵

A tradição oral na África é um fio condutor que não pode ser rompido. É essa oralidade que me conectei profundamente; foi ela que me permitiu traçar a minha trajetória e descobrir quem sou e de onde venho. Vinda de uma família que tem suas raízes no saber ancestral, comecei a ler com minha mãe e meu pai. Meu pai queria que meus irmãos e eu frequentássemos a escola, pois, para ele, essa também era uma forma de adquirir conhecimento. Ele costumava dizer: “Aquele que não fez melhor do que seu pai não tem direito à palavra.” Minha mãe, por outro lado, via na escola uma maneira de “aprender a arte de vencer sem ter razão” (tradução nossa)⁶ Seu sonho para mim era que eu estudasse comunicação e me tornasse a “Anne Marthe Mvotto”⁷ de nossa casa.

Durante meu percurso escolar, comecei a perceber a riqueza e a diversidade cultural do nosso território. A maioria dos textos orais que comecei a estudar já fazia parte do meu cotidiano, pois sou filha de um chefe tradicional. O *Mvet*, o *Mendjian*, a epopeia e o canto dos *griots* passaram a ocupar ainda um espaço maior na minha vida. Foi então que, na universidade, decidi estudar Literatura e Civilizações Africanas na Faculdade de Artes, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Yaoundé 1, onde obtive meu primeiro mestrado em Literatura Afro-Caribenha. Esse foi um caminho diferente do que esperavam de mim. Posteriormente, fiz outro mestrado em Ciências da Informação na Escola Superior de Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação (ESSTIC), com especialização em Arquivo e Documentação. Ao

⁵ “Écoute dans le Vent Le Buisson en sanglots: C’est le Souffle des ancêtres. Ceux qui sont morts ne sont jamais partis : Ils sont dans l’Ombre qui s’éclaire Et dans l’ombre qui s’épaissit” (DIOP, 1943, s/p).

⁶ “apprendre l’art de vaincre sans avoir raison” (KANE, 1961, s/p).

⁷ Famosa jornalista no Camarões

final desse curso, escrevi uma dissertação sobre a comunicação e dança, que concluía que o corpo é uma espécie de arquivo. O corpo africano é um texto que se escreve. Atualmente, escrevo textos sobre a valorização da oralidade africana através das mulheres. Conto histórias de mulheres camaronesas e de seu cotidiano na sociedade.

Por outro lado, minha inserção profissional não foi fácil, pois, durante e após os estudos, precisei trabalhar para sustentar minha família. Realizei trabalhos temporários remunerados. Diante do desemprego, decidi me afastar dos estudos em 2021 para me dedicar ativamente à busca de um emprego. Fui estagiária nos Arquivos da Banque des États de l'Afrique Centrale (BEAC) e na Cameroon Telecommunications (CAMTEL). No entanto, esses estágios não resultaram em um emprego estável. Em 2024, quando surgiu a oportunidade de uma bolsa de estudos para cursar doutorado, enviei meu projeto, que foi bem recebido, permitindo-me continuar meus estudos no Brasil, na Bahia, no PPGEL/UNEB. Minha pesquisa no Brasil caminha pela ancestralidade africana; estou em busca de compreender mais sobre as trajetórias de mulheres afro-brasileiras e das religiões ancestrais.

Nesse contexto, considerando as trajetórias de representantes do Brasil e de Camarões, aqui apresentadas, notamos pontos de confluências em meio a contextos educacionais e culturais distintos. Ambos os percursos demonstram a complexidade de navegar por espaços historicamente marcados por desigualdades, onde o acesso à educação, à identidade cultural e à valorização das origens exigem estratégias de resistência que transcendem fronteiras geográficas.

No Brasil, as comunidades quilombolas enfrentam uma luta histórica por reconhecimento e direitos, incluindo o acesso à educação. Essa realidade ecoa o legado de pensadores como Nascimento (2002) que enfatiza a urgência de políticas públicas voltadas para populações negras e rurais. As vivências de mulheres negras dessas comunidades expõem desafios como a necessidade de superar estigmas raciais e sociais em ambientes educacionais urbanos, muitas vezes marcados por preconceitos de classe e raça. Esses obstáculos não se limitam ao Brasil.

Em Camarões, o legado do colonialismo ainda molda as dinâmicas educacionais, frequentemente desvalorizando saberes locais e impondo perspectivas eurocêntricas, conforme apontado por autores como Beti (1956). Apesar das diferenças culturais e históricas, os desafios enfrentados são semelhantes, assim como as estratégias para superá-los.

Em ambos os casos, o acesso à educação representou uma conquista individual e uma possibilidade de valorização comunitária. No Brasil, programas como o Bolsa Permanência, bolsas de Iniciação à docência e científica, moradia estudantil, entre outros, demonstram a importância de políticas de assistência estudantil para estudantes de baixa renda. Enquanto em Camarões, a busca por redes de apoio em contextos migratórios e acadêmicos oferece caminhos de fortalecimento. Essas vivências refletem o quanto a educação, para além de um direito, se configura como um espaço de luta contínua.

As trajetórias de representantes desses países também destacam como a pesquisa acadêmica pode se tornar uma ferramenta de transformação. No caso brasileiro, o resgate de narrativas orais de uma comunidade quilombola permitiu a valorização de saberes locais, contribuindo para a identidade cultural coletiva. Em Camarões, a reflexão sobre a própria vivência entre culturas enriquece os debates sobre diáspora, ancestralidade e religiosidade. Essas experiências dialogam com o pensamento de Freire (2015), que definiu a educação como um ato de liberdade no qual afirma que “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 2015, p. 98). Essas experiências mostram como a educação, pode ser um processo de libertação e transformação. Ao resgatar saberes locais, como no caso da comunidade quilombola brasileira e na reflexão sobre culturas em Camarões, nos engajamos no debate e na análise crítica de nossas realidades, promovendo uma educação que não teme o confronto e se dedica à transformação social.

Por outro lado, as dificuldades enfrentadas em ambientes educacionais, como o racismo e a subestimação de capacidades, apontam para questões que transcendem o individual. Como destacou Souza (1983) em

Tornar-se Negro, o processo de construção de uma identidade positiva em sociedades marcadas pelo racismo estrutural é desafiador, mas indispensável, pois “esta identidade, que em tudo contraria os interesses históricos e psicológicos do negro, tem sido uma tradição na história do negro brasileiro em ascensão social como uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento.” (SOUZA, 1983, p. 78). Esses desafios emocionais e psicológicos, enfrentados tanto no Brasil quanto em Camarões, reforçam a necessidade de práticas educativas que reconheçam as especificidades de cada contexto e valorizem as múltiplas histórias que compõem esses espaços.

Nessa abordagem, ao tecermos essas narrativas, possibilitamos a percepção de que as práticas de escrita de vida e de produção acadêmica é mais que atos individuais, e sim movimentos coletivos que conectam comunidades e culturas. A conexão entre esses contextos ressalta a necessidade de políticas globais que promovam a igualdade de acesso, a permanência e a valorização das identidades culturais, reafirmando o poder coletivo da educação para transformar vidas e sociedades, tópico que abordaremos adiante.

ENTRE BRASIL E CAMARÕES: EDUCAÇÃO COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Nesta seção, refletimos sobre como o acesso à educação transformou nossas vidas — de uma quilombola brasileira e de uma camaronesa conectada à oralidade africana. Partimos de contextos diferentes, mas somos duas mulheres negras com ancestralidade irmã e compartilhamos experiências em que a educação transcendeu seu papel formal para se tornar um mecanismo de luta, resistência e ressignificação de nossas histórias pessoais e coletivas.

No Brasil, uma de nós cresceu em Lagoa do Zeca, uma comunidade quilombola baiana, onde a força das tradições e a sabedoria das mulheres moldaram suas primeiras vivências. A educação formal tornou-se uma ferramenta crucial para superar preconceitos enfrentados nos espaços urbanos, mas, no início de sua trajetória universitária não existia o programa

Bolsa Permanência para apoiá-la financeiramente. Foi o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que contribuiu para sua permanência. O PIBID ofereceu suporte econômico e consolidou o vínculo com a docência, permitindo que transformássemos histórias e saberes quilombolas em objetos de pesquisa e valorização cultural.

Em Camarões, a outra autora vivenciou a educação como um espaço de transição entre as tradições ancestrais e a academia. Inserida em um sistema educacional ainda influenciado pelo colonialismo, encontrou na oralidade africana uma fonte de resistência e preservação cultural. Segundo Mbembe, a resistência cultural emerge como um “reposicionamento epistemológico”, ou “um rito que é ao mesmo tempo de iniciação, expiação, desintoxicação, purificação, e um momento de iluminação” (tradução nossa)⁸, que vai permitir romper com estruturas impostas e reafirmando saberes locais. Dessa forma, a educação, torna-se um rito de passagem que permite ao aprendiz africano transitar da adolescência para a vida adulta, com o objetivo de abrir caminho para um novo sistema de pensamento que revitaliza as culturas africanas, até agora demonizadas e criticadas por um eurocentrismo que ainda persiste em tentar impor, na nossa era contemporânea, uma identidade única. Ela é “esta distância entre a vida real das sociedades, de um lado, e as ferramentas intelectuais pelas quais as sociedades apreendem seu destino, de outro, implica riscos para o pensamento e para a cultura” (MBEMBE, 2015, p. 68).

No que diz respeito ao sistema educacional camaronês é importante salientar este é composto pelo sistema público e pelo sistema privado. Diferentemente do Brasil, o sistema público camaronês, apesar de intitular-se dessa maneira não é gratuito, porém é o mais barato e oferece a possibilidade às famílias com menos recursos financeiros de enviarem seus filhos à escola. No entanto, ele exige o pagamento de uma taxa fixa que todos devem cumprir.

Voltando a questão da oralidade, nesse contexto, torna-se uma poderosa forma de transmissão cultural e um mecanismo de reconstrução identitária, especialmente em ambientes de opressão histórica. Amadou

⁸ “Un rite à la fois d’initiation, d’expiation de désintoxication, de purification, et un moment d’illumination” (MBEMBE, 2005, p. XV (avant-propos)).

Hampâté Bâ, em *A Tradição Viva* (2010), destaca que a tradição oral como uma fonte viva que se renova a cada geração. Essa afirmação ressalta a dinâmica da oralidade como um processo contínuo que transmite saberes e os adapta às necessidades de cada momento histórico, garantindo sua relevância e resistência. Para Hampâté Bâ, a oralidade é essencial na preservação de valores éticos, sociais e espirituais, sendo uma manifestação de sabedoria ancestral que transcende o mero registro histórico, tornando-se um ato de sobrevivência cultural e reexistência política. Hampâté Bâ afirma que:

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. E, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. (HAMPÂTE BÂ, 2010, p. 168)

Nessa lógica, a palavra vai além da comunicação, sendo um instrumento de preservação e afirmação cultural, tornando-se essencial para a sobrevivência das comunidades e para o resgate da dignidade e da verdade coletiva. Nessa perspectiva, ao escrevermos este artigo, percebemos que nossos percursos, moldados pela ancestralidade e pela oralidade, influenciaram nossas identidades enquanto mulheres negras, pesquisadoras, comprometidas com nosso território-corpo.

No entanto, é imprescindível abordarmos sobre os caminhos percorridos no âmbito educacional. As trajetórias de mulheres negras, especialmente as que buscam ascensão acadêmica, são permeadas por desafios estruturais e pela falta de apoio, que se refletem na dificuldade de acesso e permanência nas universidades, como foi o caso de uma de nós. A ausência de políticas adequadas, somada às adversidades cotidianas, torna o ensino superior um espaço hostil para essas mulheres, principalmente para aquelas que vêm de comunidades periféricas, indígenas e quilom-

bolas, como foi exemplificado através da trajetória da autora. Sob essa ótica, programas como o PIBID e, mais recentemente, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024, têm desempenhado um papel fundamental. A Bolsa Permanência, dentro da PNAES oferece suporte essencial, garantindo moradia, alimentação, transporte e saúde mental, possibilitando a permanência de estudantes negros nas universidades:

Art. 4º A PNAES abrange os seguintes programas e ações: I - Programa de Assistência Estudantil (PAE); II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. (BRASIL, 2024).

Essas políticas brasileiras democratizam o acesso ao ensino superior e criam condições para que possamos, além de ingressar, permanecer e afirmar nossas raízes culturais na academia e assim, ter condições de contar nossas histórias ao invés de tê-las contadas por pessoas que desconhecem a nossa realidade, pois como relata Adichie:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 17)

Para que as histórias sobre civilizações africanas e comunidades quilombolas brasileiras sejam disseminadas com propósito de reparar essa “dignidade perdida” é necessário, sobretudo, que sejam contadas por seus pares, e assim evitar ou desmistificar a versão dessa única história contada sobre nosso povo. Nessa perspectiva, percebemos que a educação, principalmente o ingresso ao universo acadêmico atuou e ainda atua como ponte para que essas narrativas sejam contadas em espaços diversos, reverberando o *afro-otimismo*, além de inspirar outras tantas mulheres a se afirmarem e contarem suas narrativas.

Por meio de nossas histórias notamos como, mesmo em diferentes realidades, a educação representa um meio de resistência e transformação. No Brasil, o universo acadêmico reconectou uma de nós às suas raízes quilombolas. Em Camarões, a oralidade ancestral foi o alicerce para que a outra autora questionasse imposições externas e fortalecesse sua voz no espaço acadêmico. Por isso, entendemos que a educação além de ferramenta individual, é também um ato político e coletivo que ressignifica identidades e reafirma o poder das narrativas negras no presente e no futuro. Este é um caminho que reafirma a educação, enquanto prática de liberdade (FREIRE, 2015), um espaço onde nossas vivências servem como alicerce para transformar nossas vidas e as de nossas comunidades.

Diante de um cenário acadêmico e social que historicamente invisibiliza sujeitos negros, quilombolas e africanos, nosso movimento de escrever a própria história é também uma ação política de ruptura com a lógica colonial do saber. Como aponta Spivak:

os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos tornam-se transparentes nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irreduzivelmente pressuposto pelo) poder e desejo. (SPIVAK, 2010, p. 44)

Isso significa reconhecer que nossas vozes, além de reações à opressão, são também produção ativa de conhecimento, desejo e poder. O processo de construir nossas *escrevivências*, tanto a partir das memórias quilombolas quanto da tradição oral africana, materializa exatamente esse sujeito que Spivak descreve: aquele que não se limita ao papel de subalterno, mas se afirma como agente de sua própria história, de sua própria epistemologia e de sua própria transformação.

Por fim, considerando as nossas trajetórias transatlânticas, afirmamos que a educação é sinônimo de transformação em nossas vidas, através dela mudamos nossas realidades, além de aprimorarmos nosso sentimento de pertencimento para com o nosso povo – o berço africano, afrobrasileiro. Por meio do espaço proporcionado pela educação, podemos investigar e compreender sobre nossas poéticas e tradições que regem nossas comunidades. A educação permite ascensão social, mas ela também promove o sentimento de pertencimento, e exemplo disso são as nossas pesquisas: ambas voltadas para oralidade, ancestralidade e cultura africana – quilombola (nosso lugar – nosso chão).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, exploramos como as vivências pessoais e acadêmicas de duas mulheres negras, oriundas de contextos distintos, comunidade quilombola - Brasil e Camarões – África, revelam a força transformadora da educação. Nossa análise evidenciou que as trajetórias de resistência e pertencimento desafiam as adversidades históricas e estruturais e constroem pontes entre experiências transatlânticas. Reafirmamos, assim, a relevância de políticas públicas inclusivas e o poder das narrativas negras como instrumentos de transformação social e emancipação coletiva. Como destacou Hooks (2013), a educação como prática de liberdade transforma não só indivíduos, mas comunidades inteiras, proporcionando um espaço para a reconexão com as nossas raízes e a ressignificação das nossas histórias. Nesse contexto, as histórias de mulheres negras devem ser registradas e disseminadas como formas de resistência ao apagamento histórico, reconhecendo que, como Ribeiro

(2019) enfatiza, o *Lugar de fala* é também um lugar de poder. A *escrevivência*, enquanto prática que une memória, ancestralidade e oralidade, emerge aqui como um ato revolucionário, posicionando as vozes negras no centro das discussões acadêmicas, culturais e políticas.

Nessa lógica, Jesus (2014), em *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, lembra-nos que registrar nossas experiências é uma forma de dignificar nossa existência, desafiando as estruturas que nos marginalizam. Nascimento (1994) que dedicou muito de sua vida às pesquisas sobre os quilombos, afirma que este se insurgiu por um espaço de liberdade, resistência e pertencimento:

O quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema a que os negros estavam moralmente submetidos projeta a esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias manifestações de reforço à identidade cultural. (NASCIMENTO, 1994, p. 294)

Inspiradas por essas vozes e demais vozes, confirmamos que a educação, ao transcender sua função formal, possibilita a construção de identidades positivas e o fortalecimento de comunidades, especialmente as mais marginalizadas. Portanto, reforçamos que compartilhar essas experiências é um compromisso com a memória, mas sobretudo, um ato político em direção ao futuro. Ao dar visibilidade às histórias de mulheres negras, contribuimos para a construção de uma sociedade equânime, onde diferentes saberes, culturas e trajetórias são reconhecidos e celebrados. Assim, reafirmamos o papel essencial da educação e da *escrevivência* como práticas de liberdade e de resistência, capazes de transformar vidas, fortalecer raízes e inspirar novas gerações a construir seus próprios caminhos de luta e ressignificação. Afinal, como nos ensinou Evaristo:

As nossas histórias merecem ser contadas. Precisam ser contadas. E são elas que vão continuar essa nossa saga. Então é como se fosse uma passagem de bastão. Tivemos Auta de Souza [1873-1901], Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, então é uma tradição que está se criando na literatura brasileira. Essa vertente escrita por mulheres negras, são essas escritoras novas que vão confirmar e vão sedimentar essa tradição. (EVARISTO, 2019, s/p)

Nosso trabalho, portanto, ecoa o chamado de Spivak (2010) sobre a urgência de repensar quem pode falar nos espaços de poder epistêmico, reafirmando que nossas vozes, corpos e histórias não só podem, como devem ocupar esses lugares. Assim, ao reivindicar nossa *escrevivência*, também atualizamos o que Hall (2006) descreve como uma identidade em trânsito, forjada na intersecção das margens e dos centros de produção de saber.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: https://archive.org/details/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica. Acesso em: 05/dezembro/2024.
- AMIDOU KANE, Cheick. *L'aventure ambigu*. Paris: Présence africaine, 1961.
- BELINGA, Samuel Martin Eno. *Comprendre la littérature Orale africaine*. Yaoundé: Edition Saint Paul, 1978.
- BETI, Mongo. *Le pauvre Christ de Bomba*. Paris: Présence Africaine, 1956.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Assistência Estudantil* (Pnaes): ampliação e inclusão em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-superior/pnaes>. Acesso em: 02/dezembro/2024.

- BRASIL. Senado Federal. *Política Nacional de Assistência Estudantil é sancionada com foco na permanência de estudantes de baixa renda*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/05/pnaes>. Acesso em: 02/dezembro/2024.
- CIXOUS, Hélène. O riso da medusa. In: BRANDÃO, Izabel (org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017. P. 129-155.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 519–530, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NqV9KJp-ZrjGJ5Q3xgTjXVLF/?lang=pt>. Acesso em: 22/maio/2025.
- DIOP Birago. *Les Nouveaux contes d'Amadou Koumba*. Paris: Présence africaine, 1998.
- DIOP Birago. *Souffle*, Paris: Présence Africaine, 1943.
- EVARISTO, Conceição. *Entrevista concedida ao site Geledés*. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrui-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 05/dezembro/2024.
- EVARISTO, Conceição. *A escrevivência serve também para as pessoas pensarem*. Entrevista concedida a Tayrine Santana, Itaú Social, Alecsandra Zapparoli e Rede Galápagos. São Paulo, 2020.
- FERNANDES, Betânia Rita Anjos. *Do quilombo que eu vim: histórias de vida e a constituição da identidade em Lagoa do Zeca*. Curitiba: Appris Editora, 2023.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. P. 167-212.
- HERMINIO, Beatriz. A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. *Instituto de Estudos Avançados da USP*, 2020. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo> Acesso em: 22/maio/2025.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEVITT, Peggy. Entrevista com Peggy Levitt: Transnacionalismo e a quebra do nacionalismo epistemológico. *Encartes*, v. 6, n. 11, p. 223-225, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29340/en.v6n11.326>. Acesso em: 22/maio/2025.
- MBEMBE, Achille. Afropolitanisme. *Áskesis: Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, p. 68-71, 2015.
- MBEMBE, Achille. *De la postcolonie*. Paris: Karthala Editions, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Palmares; OR Editor Produtor, 2002.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO: Elisa Larkin. *Sankofa: Resgate da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: SEAFRO; Governo do Estado, 1994. P.286-294.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Editora Sueli Carneiro, 2019.

SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

Texto recebido em 16/01/2024 e aprovado em 15/10/2025